

## **Direitos Humanos e Soberania Estatal Uma análise sobre a relativização da soberania face a aplicação da proteção internacional dos direitos humanos.**

### **Autor(res)**

Marcos Paulo Andrade Bianchini  
Leandro Felipe Gonzaga Silveira  
Marcelo Queiroz Alves De Oliveira  
Luciana Leal De Carvalho Pinto  
Fernando Marçal Soares Batista

### **Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

### **Instituição**

FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE - UNIDADE ANTONIO CARLOS

### **Introdução**

Trata-se, nesse resumo, promover a discussão sobre a relação dos Estados soberanos defronte à efetividade da proteção internacional dos direitos humanos. A abordagem específica da pesquisa se volta para o processamento cognitivo da relativização do conceito de soberania estatal, a fim de melhor captar seu exercício contemporâneo, dada a necessária proteção dos direitos humanos no plano internacional. Defende-se que a soberania, fundada no princípio da igualdade soberana de todos seus membros (artigo 2º, item 1, da Carta das Nações Unidas<sup>1</sup>) continua a ser identificada e exercida como poder supremo que qualifica determinado Estado diante dos demais. Entretanto, com a instituição do direito internacional dos direitos humanos, o indivíduo passou a adquirir a condição de sujeito de direitos, não apenas nos limites territoriais de seu Estado, mas frente a toda a comunidade internacional,

### **Objetivo**

O objetivo é desenvolver esse tema, mostrando que os Estados têm a responsabilidade de promover e garantir os direitos humanos, e que, se não o fizerem, estão sujeitos às penalidades previstas no direito internacional dos direitos humanos. Os Estados não têm mais soberania absoluta, mas soberania relativa.

### **Material e Métodos**

Para tal pesquisa foi utilizado o método Dedutivo e indutivo para que seja entendido o conceito de dignidade humana através de direitos e garantias trazendo a reflexão acerca da soberania de um Estado bem como seus limites e análises sob a face da contemporaneidade. Utilizando de livros dos quais trazem um padrão quanto a historicidade para que seja dado um parecer diante das situações atuais. Também foi analisado através da ótica da autora Hannah Arendt padrões correlacionados a segunda guerra onde alguns atos foram justificados sob o pretexto de cumprimento de ordens dadas e compridas para fosse objetivado o padrão político e ideológico daquele momento histórico

### **Resultados e Discussão**

A questão do conceito de soberania não é nova, nem tampouco é inovadora a asserção segundo a qual o controle internacional da ação dos Estados é uma garantia do ser humano contra a violação de seus direitos fundamentais", dada a emergência do Estado aparatos com amplos poderes repressivos. Em uma síntese dos objetos deste estudo, destacamos que:

O direito internacional dos direitos humanos tem seus próprios princípios, autonomia e especificidade. É considerado pela jurisprudência como um novo ramo do direito internacional. Os efeitos resultantes da formulação do direito internacional dos direitos humanos são múltiplos, destacando-se: sua hierarquia igual ao direito constitucional; característica da expansão de suas normas em sentido amplo, ou seja, incluindo regras e princípios, à abertura sistemático-tipológica de seus enunciados; bem como o efeito de romper com a rígida distinção entre direito público e direito privado, livrando-se assim dos paradigmas clássicos até então existentes

## Conclusão

Finalmente, a proteção dos direitos humanos não pode mais ser interrogada com base na alegada soberania do Estado. Pode-se dizer que o reconhecimento da legitimidade da preocupação da sociedade internacional com a proteção dos direitos humanos tem sido um sucesso conceitual. Em outras palavras, confirma a ideia de que os direitos humanos vão além do domínio reservado aos Estados, invalidando o uso indevido do conceito de soberania para acobertar violações.

## Referências

- ALMEIDA, Fernando Barcelos de . Teoria geral dos direitos humanos. Porte Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1996
- ACCIOLY, Hildebrando. SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e. Manual de direito internacional público. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.
- ARENDT, Hannah. A condição humana. 10. ed., tradução de Roberto Raposo, prefácio de Celso Lafer. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- BÍBLIA SAGRADA. Antigo e novo testamento. Tradução do Padre Antônio Pereira de Figueiredo. Rio de Janeiro: Edição Barsa para a Família Católica, impressão Catholic Press, 1969. Evangelho de São Marcos, capítulo 12, versículo 17.
- DIREITO INTERNACIONAL, Legislação. Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 26 de agosto de 1789. Colocada posteriormente no início da Constituição francesa de 1791. Disponível em: <[http://www.geocities.com/marceloeva/Declaracao\\_Direitos\\_do\\_Homem.doc](http://www.geocities.com/marceloeva/Declaracao_Direitos_do_Homem.doc)>.